FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL - CGD

Rod. Washington Luís km 235 - SP-310, s/n - Bairro Monjolinho, São Carlos/SP, CEP 13565-905
Telefone: (16) 3351-8111 - http://www.ufscar.br

ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA (2.ª SESSÃO) 27 DE MAIO DE 2021

Data: 27 de maio de 2021.

Horário de início: 09h12min. **Horário de término:** 11h25min.

Local: https://meet.google.com/xrt-puzy-oth (Plataforma *Google Meet)*.

Presidência: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis – Vice-Reitora.

Membros efetivos: Prof. Dr. Daniel Rodrigo Leiva - Pró-Reitor de Graduação; Djalma Ribeiro Junior - Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis; Profa. Dra. Ducinei Garcia - Pró-Reitora de Extensão; Erick Lazaro Melo - Secretário Geral de Informática; Prof. Dr. Ernesto Chaves Pereira de Souza - Pró-Reitor de Pesquisa; Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins - Pró-Reitor de Pós-Graduação; Prof. Dr. Pedro Carlos Oprime - Secretário Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucionais.

Membros suplentes: Antonio Roberto de Carvalho - Pró-Reitor de Gestão de Pessoas Adjunto; Gisele Aparecida Zutin Castelani - Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis Adjunta.

Secretaria: Andrea Ferreira Palhano de Jesus – Assistente em Administração – Vice-Reitoria.

Justificativa de ausência de Edna Hercules Augusto, Pró-Reitora de Administração, devido a período de férias. A pauta desta 2.ª sessão da reunião de 20 de maio de 2021 está no documento SEI n.º 0402805. **1. EXPEDIENTE. 1.1. Comunicações dos Membros. 1.1.1. Questionário Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas do TCU:** Prof. Pedro recordou que esse questionário é um instrumento de autoavaliação que promove uma reflexão sobre a estrutura da Universidade. É um instrumento interessante para se trabalhar em grupo e responder de forma mais coletiva. Responderam a 52% do questionário, e as unidades participaram com muita motivação para responder. Comparando as respostas com as do último questionário, afirmou que observou mais consistência. Em sua visão, a TI é a parte mais crítica da governança porque instrumentaliza os regulamentos, planos e ações. O prazo foi prorrogado para o dia 18 de junho, e sugeriu se reunirem em pequenos grupos para compartilhar conhecimento. Destacou que a exigência de normalização e a definição de responsabilidade são o ponto central que demanda governança de uma instituição. Propôs organizar essa reunião com um pequeno grupo para responder ao questionário, e Erick concordou com a proposta. **2. ORDEM DO DIA. 2.3. Sistemas para apoio às atividades da instituição:** A Presidente ressaltou que a demanda de sistemas articulados como um universo digital de apoio à instituição, e de uma rede de informação que seja partilhada por todos, tornou-se mais crítica com as condições de funcionamento digital. Não é uma discussão nova, porém novas necessidades foram aparecendo para todos os setores. A Presidente solicitou a Erick sistematizar as demandas das unidades, pois um dos princípios que gostaria que adotassem no CGD é o da parcimônia, visando evitar o retrabalho e ter mais agilidade nas informações por meio de sistemas que interajam entre si, com algumas entradas e saídas de dados que alimentassem mais de um setor. Destacou a necessidade de pensarem em uma certa organicidade de gestão. Erick explicou que hoje a

Universidade tem uma pequena fábrica de software com um número limitado de pessoas que exercem duas atividades principais: a sustentação dos sistemas atuais, e a construção de sistemas novos. Destacou que há uma fragmentação muito grande de sistemas e a SIn gerencia mais de 10 sistemas de informação. Essa atividade de sustentação de vários sistemas tem reduzido a capacidade operacional da equipe. Há problemas em sistemas que foram feitos sem boas práticas de desenvolvimento, com falhas de segurança, sem testes automatizados que possibilitem medir o impacto de mudanças na cadeia das partes do sistema. Propôs dois pontos para discussão: 1) como vão tratar esses sistemas legados que têm dificultado avançar em outras frentes; e, 2) se vão manter uma fábrica de software própria ou buscar soluções de mercado. Hoje metade das IFES utiliza o sistema da UFRN, o que implicaria a disposição de flexibilizar os processos de trabalho e alterar os regimentos internos porque nenhum sistema vai se adequar 100% à UFSCar. Na consulta que fez às Pró-Reitorias, verificou que há sobreposição de demandas de unidades, devido a óticas diferentes sobre os indicadores. Citou como exemplo a demanda da SPDI sobre indicadores para o TCU que também aparece na demanda da ProPq, com uma ótica diferente. Caso caminhem para o modelo de fábrica de software, propôs criar algumas subcomissões dentro do próprio CGD para identificar quais os pontos de interseção e quais serão os indicadores compartilhados. Em termos de indicadores, afirmou que os dados estão prontos e integrados no banco, sendo necessário somente estruturá-los em forma de relatórios, por isso seria interessante unificar para otimizar recursos e estabelecer conceitos claros. Para avaliar essas questões, Prof. Ernesto destacou que seriam necessárias mais informações sobre custo e sobre o planejamento para evitar o envelhecimento das plataformas, possibilitando que as bases de dados sejam mantidas mesmo que as interfaces mudem. Além disso, é necessária uma estimativa de prazo para implantar novos procedimentos, pois implica um programa de capacitação para os servidores técnico-administrativos ou de um *desk-service* que vai auxiliar a resolver um problema num prazo combinado. Outra questão foi se poderia utilizar plataformas de gestão de projetos da Microsoft para atividades administrativas como gestor da UFSCar ou somente para atividades de docência. Prof. Rodrigo comentou que a ProPGWeb é fundamental para a gestão dos programas, mas foi adequada para ser online, e tem limitações, e é de difícil adequação para a pós-graduação hoje. Estão acompanhando algumas instituições que estão adquirindo plataformas que dialogam com Plataforma Sucupira, que dispõe de um banco de informações bastante completo por conta do processo de avaliação na pós-graduação, mas ainda não sabem como estão funcionando. Na próxima reunião, cogitou que Erick trouxesse uma síntese das informações sobre produção própria ou aquisição: quais seriam os custos, qual o tempo para entregar e se há pessoal suficiente na SIn, sobretudo para a produção própria, quais as vantagens e as desvantagens dos dois modelos. A Presidente recordou que chegou a acompanhar algumas discussões sobre sistemas em anos anteriores, e tinha a impressão que iam ser feitas pactuações com o sistema da UFRN em 2016. Erick informou que houve uma primeira iniciativa de tentar adotar o sistema na época porém algumas dificuldades identificadas para o trabalho de customizar o sistema da UFRN para a instituição tornou essa tarefa inviável naquele momento. Optou-se por um projeto de reengenharia de sistemas. Como os analistas contratados para diferentes sistemas verificaram que os processos estavam interconectados, em 2014 tomaram a decisão de ter uma plataforma integrada, com várias interfaces, mas uma única base de dados, apesar de alguns problemas com os sistemas legados. O sistema integrado da UFRN é estruturado em 3 módulos com relação de dependência - administrativo, de RH e o acadêmico - e não é possível implantá-lo por partes. Em 2017, foi com o pessoal operacional da ProAd para ver o sistema funcionando na prática, a avaliação foi muito positiva, mas apareceu o mesmo problema de mudar a forma de funcionar da Pró-Reitoria. Em termos de custo, a UFRN cobra o pagamento de royalties de R$ 120.000,00 a R$ 130.000,00 por ano, incluindo a manutenção e atualização desse sistema. Hoje metade das IFES utilizam esse sistema, o que o leva a supor que seria possível implementá-lo na Universidade flexibilizando alguns procedimentos para aderir ao padrão das outras IFES. Ressaltou que a SIn não tem competência nem atribuição para pressionar as unidades pela mudança dos processos internos, por isso, será necessário um movimento de toda alta administração para que regimentos e os fluxos de processos internos sejam revistos. Em termos de custos, eles cobram de acordo com o porte da instituição, no caso da UFSCar que tem de 10.000 a 20.000 usuários, o percentual é de 0,25%, referente a uma taxa de contribuição para desenvolvimento e inovação, calculada sobre o valor do software que foi estimado em R$ 49.535.000,00 em 2020. O custo de suporte do software seria de 127.887,50 por ano, incluindo vantagens como, por exemplo, acesso a versões novas e soluções de falhas de segurança. Com a implantação, o custo ficará acima disso, pois incluirá o treinamento e a transferência de conhecimento

mediante valor cobrado por hora de consultoria dada. A Presidente consultou qual seria a estimativa de gastos em termos de serviço para construir e manter o sistema próprio da Universidade, e se o sistema da UFRN conversaria com a plataforma Sucupira além do SIAPE. Erick respondeu que conseguiram desbravar algumas questões com o sistema SAGUI, o MEC demandou para a CAPES implementar um *web service* para comunicação com a Sucupira, mas integrá-la com o ProPGWeb vai demandar um trabalho, se estiver numa rede fica muito mais fácil. O governo federal criou um programa chamado "Startup Gov.br." para financiar iniciativas com abrangência para vários órgãos, e soube que há investimento sendo feito no sistema da UFRN. Em termos de custo, a SIn tem 10 programadores atuando na área de desenvolvimento, estimando que a Universidade deve gastar em torno de R$ 80.000,00 a R$ 100.000,00 por mês apenas com quadro próprio de servidores para poder desenvolver os sistemas, o que representaria um custo 10 vezes maior. Prof. Rodrigo consultou qual é o tempo estimado entre começar do zero uma plataforma até entrar em operação. Erick respondeu que precisariam ter uma nova equipe, que passa por contratação, e seria necessário trocar partes de sistemas que estão em funcionamento como o SIGA, que apresenta várias falhas. Prof. Rodrigo consultou também sobre o tempo estimado para ter o sistema da UFRN rodando, considerando o período de transição, as adequações na forma de gestão, nos regimentos, etc. Segundo Erick, a UFRN conseguiu implantar alguns projetos em 6 meses e outros em 6 anos porque o processo depende do envolvimento das unidades. O processo técnico em si não é complexo, mas o negocial é muito complexo. Segundo ele, a UFRN se disponibilizou para fazer uma apresentação do sistema completo e poderiam agendar uma reunião. A Presidente argumentou que é necessário sair desse impasse de tomada de decisão, pois toda escolha implica perdas e ganhos. Propôs iniciar o mais rapidamente possível um processo de discussão qualificada para avaliar qual decisão produz o maior ganho com a menor perda possível, convidando a equipe para apresentar o sistema. Profa. Ducinei concordou com os encaminhamentos propostos pela Presidente, e consultou Erick se houve registros das discussões anteriores em relação ao uso desse sistema, e quais teriam sido os maiores obstáculos para as adaptações do sistema. Erick avaliou que a discussão falhou na abordagem fragmentada da questão, com um movimento do pessoal operacional e não uma visão estratégica das unidades. Do ponto de vista estratégico, destacou que o primeiro ponto a ser avaliado para a implantação de uma única plataforma é se as unidades estão dispostas a abrir mão dos seus próprios sistemas. Profa. Ducinei argumentou que considera necessário definir ou decidir quais são os principais parâmetros relacionados a questões procedimentais e de fluxo na operacionalização, que são exigências da legislação atual, combinados com a compreensão da política institucional nas diferentes modalidades de ensino, extensão, pesquisa etc. Profa. Jesus ressaltou os princípios de transversalidade, de simplicidade, de integração de informação, com uma única plataforma que pudesse ser acessada por todos, que dê agilidade, eficácia e eficiência de gestão, cujo pressuposto seja a informação para a tomada de decisão. A maioria das universidades tem um perfil muito parecido com a UFSCar em gestão de pessoas e de ensino, mas a Universidade tem um perfil de pesquisa de pós-graduação e de extensão um pouco diferente, por isso gostaria de avaliar esses aspectos. Erick ressaltou a necessidade de discutir se desejam adotar o sistema da UFRN ou manter o sistema próprio. Com relação ao custo de customização, alertou que, no caso da UFRN, quem customizou teve problemas, a maioria das que estão utilizando o sistema trabalha com quase zero de customização, concordando com Prof. Pedro sobre o elevado custo da customização. Com relação à equipe da SIn, alguns servidores podem ter apego a softwares com os quais atuam há 5 ou 10 anos, e que uma plataforma única pode gerar um problema interno, pois essa fragmentação existe na própria SIn. Erick afirmou que a SIn tem profissionais muito qualificados e muito capacitados na equipe e tem todo o potencial para conseguir entregar essas questões mais sofisticadas. Acredita que o corpo técnico pode ser mais bem aproveitado, e que a função institucional da SIn poderia mudar para atuar mais próxima da pesquisa e da ciência de dados. Profa. Jesus propôs como encaminhamento durante esse próximo mês coletarem informações para avaliar as opções de manter os sistemas próprios ou migrar para outro sistema, agendando a apresentação da UFRN com a equipe ampliada de gestão; sistematizando melhor as solicitações, e priorizando os 2 ou 3 pontos prioritários das demandas de cada gestor. Na próxima reunião, propôs dedicar um ponto de pauta para analisar as solicitações de sistemas. Erick destacou que algumas unidades não encaminharam de forma estruturada as suas demandas; as demandas de cada subsetor não foram consolidadas com uma visão do próprio dirigente da unidade para identificar a escala de prioridade. Prof. Ducinei consultou sobre a integração do sistema da UFRN com as fundações de apoio. Erick esclareceu que têm um módulo específico para as fundações de apoio, e a Profa. Ducinei sugeriu que a FAI participasse da apresentação porque um dos gargalos do ProExWeb é a

prestação de contas dos projetos. Em relação às demandas da ProEx, esclareceu que as prioridades ficaram caracterizadas pela cronologia de curto, médio e longo prazo. Pesaram a viabilidade da SIn em relação ao tempo a ser dedicado. Erick comentou que a Medicina utiliza um software chamado portfólio reflexivo eletrônico, um sistema de apoio para os cursos de medicina e outros cursos com metodologia ativa. O sistema foi implantado no âmbito de um projeto de extensão, por isso a SIn não participou desse processo. O Hospital Sírio Libanês concordou em entregar o código-fonte do sistema, mas a SIn deverá enviar um ofício informando que a UFSCar vai assumir a manutenção do sistema, consultando sobre a necessidade de submeter esse tipo de decisão ao CGD. Profa. Jesus ressaltou que se não vai ter custo financeiro extra e se a SIn tem subsídios técnicos pode tomar a decisão, a questão é informar o CGD somente para saberem se há alguma condição política delicada. Erick esclareceu que esse projeto de extensão foi encerrado há muitos anos sem o depósito do código. Profa. Ducinei sugeriu reabrir o projeto de extensão para formalizar e registrar essa parceria. Erick informou que é uma janela de oportunidade para obterem o código-fonte, afirmando que, embora a origem do sistema tenha sido uma atividade extensionista, será incorporado como um sistema institucional, que precisará somente de registro como propriedade intelectual na Agência de Inovação. Expressou sua preocupação com um sistema que foi implantado à revelia da ProGrad como requisito para o funcionamento do Curso de Medicina, que a qualquer momento poderia sair do ar, sugerindo discutir os futuros projetos de extensão que envolvem TICs para evitar esses riscos. Profa. Ducinei concordou afirmando que os acordos realizados nas parcerias precisam estar claros, por isso precisam ser registrados, argumentando que esse compromisso sendo assumido pela SIn deveria ser registrado para manterem essa memória. Prof. Pedro concordou que há uma justificativa para a iniciativa da SIn de obter o código-fonte, que precisa ser memorizada, e o ofício com essa informação poderia circular por todas as unidades envolvidas na instituição. **2.4. Discussão sobre a frequência das reuniões ordinárias do CGD e proposta de calendário: Bimensal: 22/07; 16/09; 18/11/2021 ou mensal (nos próximos 6 meses): 17/06; 22/07; 19/08; 16/09; 21/10; 18/11/2021:** A Presidente apresentou como primeira proposta que organizem uma agenda especial do comitê para os próximos 6 meses, com uma atividade regular mensal voltada para a normatizações. Sugeriu que o Comitê vá avaliando e aprovando sistematicamente as normativas, começando pela regulação das práticas que não estão normatizadas. Tomando como base o instrumento do TCU, poderiam extrair algumas prioridades a serem regulamentadas no próximo ano, tendo em vista os princípios da exigência legal e da consonância com a gestão atual. A partir da próxima reunião, poderiam organizar uma pauta de análise e aprovação interna das legislações mínimas, e posteriormente encaminhá-las para a aprovação das outras instâncias. A segunda proposta é ter a Comunicação Social como convidada nas próximas reuniões, na qualidade de assessoria, pois, como relatado na reunião anterior, várias instituições estão discutindo as normativas de comunicação em conjunto com as normativas de informação. Além disso, é necessário aperfeiçoar a comunicação com a comunidade. Argumentou que não é possível trabalhar a informação institucional sem a comunicação institucional, e que as duas áreas têm que se apoiar e construir uma unidade. O CGD é a instância política da informação e da comunicação, mas precisam dos técnicos de comunicação para lidar com todas as facetas possíveis da informação. Futuramente, devem avaliar a comunicação como membro com assento neste CGD. Profa. Ducinei se manifestou para justificar que considera essencial a inclusão da comunicação neste Comitê, pois, entre os parâmetros de avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), está a percepção da comunidade sobre o que as ações que estão sendo realizadas. No PDI, precisa estar evidente que as ações realizadas ou planejadas têm como resultado o impacto compreendido da comunidade. A governança digital pode incluir no seu guarda-chuva as abordagens que estão associadas à comunicação, que interage e recebe as percepções da comunidade de uma forma organizada e sistematizada. Porém, é necessário produzir evidências e indicadores para quantificar essa percepção e incluí-la no plano de desenvolvimento institucional e nas políticas adotadas pela instituição. Prof. Daniel concordou com o encaminhamento sobre as reuniões mensais, sobre as normativas e a participação da Comunicação Social. Relatou que o questionário do TCU foi um disparador para preocupações relativas à Portaria do MEC de 2018 sobre o acervo acadêmico digital, que envolve ensino, pesquisa e extensão, com prazo até início de 2022, teriam que estar evoluindo na questão dos sistemas. Deparou-se com a necessidade de um sistema de bolsas para gerenciar a bolsa sair por conta da auditoria interna, e sabe que o sistema está pronto, em vias de ser implementado. Abordou a questão do site da ProGrad, que considera estar ligada diretamente com a Comunicação, sinalizando a dificuldade com a equipe interna para criar e alimentar um site. A Presidente destacou que, além do questionário, cada gestor tem uma lista de cobranças em termos de

informação que podem trazer para discussão no CGD porque um único sistema às vezes pode responder às demandas de várias unidades. **DELIBERAÇÕES:** *1) Reuniões mensais até novembro deste ano, focando a constituição de normativas que identificarem como mais urgentes, conforme o calendário constante da pauta; 2) Participação de assessoria permanente da Comunicação Social para nos acompanhar e auxiliar o CGD nesse processo*. **Aprovação por unanimidade.** Agradecendo a presença de todos, a Presidente, Profa. Maria de Jesus, encerrou a reunião. Andrea Ferreira Palhano de Jesus, Assistente em Administração, redigiu a presente ata.

(Ata aprovada na 7.ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança Digital, realizada no dia 02 de dezembro de 2021)

Documento assinado eletronicamente por **Maria de Jesus Dutra dos Reis**, **Presidente do Comitê**, em 03/02/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Andrea Ferreira Palhano de Jesus**, **Assistente em Administração**, em 03/02/2022, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Roberto de Carvalho**, **Pró-Reitor(a) Adjunto(a)**, em 11/02/2022, às 08:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Constante Martins**, **Pró-Reitor(a)**, em 11/02/2022, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Rodrigo Leiva**, **Pró-Reitor(a)**, em 22/02/2022, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ducinei Garcia**, **Pró-Reitor(a)**, em 23/02/2022, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Carlos Oprime**, **Secretário(a) Geral**, em 23/02/2022, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Djalma Ribeiro Junior**, **Pró-Reitor(a)**, em 24/02/2022, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Erick Lazaro Melo**, **Secretário(a) Geral**, em 11/03/2022, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Gisele Aparecida Zutin Castelani**, **Pró-Reitor(a) Adjunto(a)**, em 24/03/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ernesto Chaves Pereira de Souza**, **Professor(a)**, em 24/03/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufscar.br/autenticacao, informando o código verificador **0575545** e o código CRC **4E4F37F8**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.001647/2020-49 SEI nº 0575545

Modelo de Documento: Conselho: Ata de Reunião, versão de 02/Agosto/2019